

Retrato da cultura no governo Lula

Ana Maria Amorim¹

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. 306 p.

Perpassar pelas políticas culturais brasileiras é um desafio árduo, apesar de necessário. Necessário para a compreensão dos passos dados por tais políticas, pelos resultados, reflexos e críticas que devem ser consideradas. Árduo por terem uma história banhada de tradições que atrasaram seu desenvolvimento, em uma prática regrada a personalismos, ausências e autoritarismos. Caminhando no sentido de estudar as políticas culturais recentes, quando estas parecem enfim ter o papel reconhecido de sua importância e, portanto, de sua perenidade, o livro *Políticas Culturais no Governo Lula*”, organizado pelo professor Albino Rubim, retrata os aspectos das políticas para a cultura adotadas durante a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura (MinC).

Em um contexto de neoliberalismo no País, as políticas culturais incorporaram a regra do Estado mínimo e mercado máximo. Era esse o traço marcante do Minc na época do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A economia continua a caminhar por esses trilhos com o governo Lula, mas o Estado aparece mais em cena, possibilitando mudanças no cenário antes apresentado. No caso da cultura, o carro chefe das leis de incentivo se mantém, agradando o mercado com as isenções fiscais, mas outras ações caminham para que o recentemente incorporado conceito de diversidade cultural se mescle ao de participação social e outras praças, não contempladas com a forma que a cultura vinha sendo tratada, passem a sentir a mão do Estado para outro tipo de organização. Assim, tem-se como frutos uma percepção antropológica de cultura, a possibilidade de um Plano Nacional da Cultura, a proposta de emenda constitucional que prevê orçamentos mínimos garantidos pelo Estado e até mesmo a revisão da lei Rouanet, a tal lei de incentivo herdada do governo de FHC.

¹ Formada em Jornalismo na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Minas Gerais, com especialização em Mídia, Informação e Cultura na USP. Atualmente participa do Grupo de pesquisa em Políticas Culturais da Cult, na UFBA. E-mail: amorimanamaria@gmail.com

Este campo de estudo se confronta com a dificuldade da história. O próprio Ministério da Cultura é um reflexo disto. Fundado em 1985, o Ministério é dono de uma história conturbada, enfrentando dissolução e mudanças ministeriais constantes. Desta forma, o que se visualiza hoje dentro das políticas culturais ainda são projetos cuja dinâmica é difícil de ser mensurada, pois são projetos recentes e, muitos destes, ainda em fase de consolidação. Cabe aqui o esforço em cultivar a prática de fazer as avaliações das políticas culturais e possibilitar uma metodologia para esta análise, de forma que se possa contribuir para uma meta divergente daquelas vivenciadas pelas políticas culturais na história brasileira.

No livro, os passos dados no governo Lula no campo das políticas culturais são analisados desde uma forma reflexiva, com o estudo voltado para a abordagem dos conceitos adotados pelo governo e provocações sobre a própria avaliação, como um desafio a ser feito. De forma transversal, faz-se também a leitura prática, em que os diálogos com as reflexões são transpostos para os programas realizados nas gestões Gil e Ferreira. Assim, desde os questionamentos sobre as estratégias para a política cultural até a avaliação crítica dos projetos, como o Cultura Viva e as políticas para os setores de audiovisual e museus, por exemplo, são feitos no estudo organizado, para que seja possível uma base de reflexão por meio dos dados coletados sobre o período estudado.

A avaliação inicial das políticas, proposta do livro, possui a harmonia do reconhecimento das dificuldades, da impossibilidade de se ter uma análise completa devido à dinamicidade das propostas e, sobretudo, da necessidade de se construir possibilidades para que os avanços conquistados por esta maior proximidade do Estado à cultura não se percam. E perder, aqui, está relacionado deste ao retorno de uma ausência como o desvio do conceito de cultura, que deve ser moldado de forma a considerar a diversidade, a participação social e o direito a ela. Cresce por entre as páginas, ainda, o convite e o dever de se manter a investigação destas políticas, de forma a transformar sua história em uma prática ativa de críticas, propostas e avanços.